

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE MINAS GERAIS – FUNDAÇÃO CEFETMINAS

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, REGIME JURÍDICO, DURAÇÃO E SEDE

Art. 1º A Fundação de Apoio à Educação e Desenvolvimento Tecnológico de Minas Gerais – Fundação CEFETMINAS é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Belo Horizonte (MG), regendo-se pelo presente Estatuto e pela legislação aplicável.

§ 1º As denominações Fundação de Apoio à Educação e Desenvolvimento Tecnológico de Minas Gerais e Fundação CEFETMINAS são equivalentes para todos os efeitos legais.

Art. 2º O prazo de duração da Fundação CEFETMINAS é indeterminado.

Art. 3º A Fundação CEFETMINAS gozará de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, nos termos da Lei e deste Estatuto, podendo estender suas atividades a todo o território nacional, e, quando autorizada por seu Conselho Curador, associar-se a instituições nacionais e/ou estrangeiras.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES

Art. 4º A Fundação CEFETMINAS tem como finalidades:

- I - Proporcionar apoio institucional aos instituidores e às instituições apoiadas, em especial ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, na consecução dos seus objetivos estatutários e de desenvolvimento institucional;
- II - Viabilizar, captar e gerenciar recursos de qualquer natureza para a promoção e apoio à pesquisa, ensino, extensão e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para a gestão administrativa e financeira necessárias à execução de projetos e programas;

- III - Exercer e apoiar atividades de ensino, extensão, pesquisa e desenvolvimento institucional nas áreas técnica, tecnológica, científica, cultural, social, ambiental e administrativa, para instituições e órgãos públicos e/ou privados, nacionais e/ou estrangeiros;
- IV - Conceder bolsas de estudos, de pesquisa, de ensino, de extensão e de estímulo à inovação, no País e no exterior, em nível técnico, tecnológico, de graduação, pós-graduação e para outras atividades vinculadas às finalidades estatutárias da Fundação CEFETMINAS, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e de outras instituições apoiadas;
- V - Fomentar a aprovação de projetos e a captação de recursos junto a órgãos e entidades financiadores e de fomento à pesquisa, de ensino, de extensão e de estímulo à inovação;
- VI - Criar e desenvolver centros de desenvolvimento de ensino, pesquisa e tecnologia, em parceria com instituições públicas e/ou privadas; nacionais e/ou estrangeiras; e
- VII - Promover, organizar, elaborar e executar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento e estímulo à inovação.

§ 1º A Fundação CEFETMINAS observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência, transparência e razoabilidade.

§ 2º A Fundação CEFETMINAS adotará práticas de gestão administrativa para coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação dos beneficiários em seus processos decisórios.

§ 3º A Fundação CEFETMINAS poderá prestar serviços gratuitos de forma permanente e sem qualquer discriminação de clientela, de acordo com o Plano de Trabalho de Assistência Social apresentado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

CAPÍTULO III

DAS ATIVIDADES

Art. 5º Constituem atividades da Fundação, as quais visam à realização de suas finalidades:

- I - Planejar, promover, organizar, executar e certificar seminários, conferências, simpósios, congressos, treinamentos e cursos, incluindo pós-graduação *lato sensu*, objetivando melhor capacitação técnica, científica, social, ambiental e cultural da comunidade;

- II - Promover e apoiar grupos de pesquisa e de produção científica e tecnológica;
- III - Promover, organizar e executar processos seletivos, concursos públicos ou privados, vestibulares e similares;
- IV - Prestar serviços de consultoria, auditoria e assessoria para os entes federados e suas entidades vinculadas, bem como para a iniciativa privada e entidades do terceiro setor;
- V - Promover e divulgar atividades técnicas, culturais, sociais, artísticas, pedagógicas e científicas;
- VI - Promover, difundir e coordenar a cooperação técnica entre organizações e instituições nacionais e estrangeiras;
- VII - Comercializar artigos correlatos com a área de atuação da Fundação CEFETMINAS, tais como livros, programas de computadores, certificações, produtos resultantes de pesquisa, de extensão, de inovação e desenvolvimento tecnológico, bem como artigos das instituições apoiadas, quando devidamente autorizada;
- VIII - Apoiar a Política de Assuntos Estudantis do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e das demais instituições apoiadas, executando atividades destinadas ao auxílio da subsistência da comunidade universitária e realizando, inclusive, a gestão dos restaurantes estudantis com o objetivo de contribuir para a permanência dos estudantes, além de atuar como agente de integração na oferta de estágios, apoiando o fortalecimento da relação com seus alunos e ex-alunos por meio de projetos específicos;
- IX - Desenvolver e gerenciar programas, ações, projetos e atividades de natureza estrutural, inclusive obras civis, em prol das instituições apoiadas e dos entes federados;
- X - Implementar programas e ações que levem ao desenvolvimento do ambiente de base tecnológica, por meio de fomento à criação de empresas de base tecnológica e *startups*, parques tecnológicos, ecossistemas de inovação e mecanismos de geração de empreendimentos inovadores, bem como apoio à gestão;
- XI - Instituir e patrocinar bolsas, auxílios, programas de apoio e prêmios em favor de discentes, pesquisadores e profissionais das áreas técnica, científica, tecnológica e administrativa que contribuam para o desenvolvimento da Fundação CEFETMINAS e das instituições apoiadas; e
- XII - Explorar e divulgar, quando previsto em contrato, os resultados de pesquisas e exercer os direitos relativos à propriedade intelectual e industrial.

Parágrafo único. A Fundação CEFETMINAS exercerá as atividades previstas neste artigo, assim como as finalidades contidas no Capítulo II, mediante a execução direta e indireta de projetos, programas e planos de ações.

CAPÍTULO IV

DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS

Art. 6º O patrimônio da Fundação CEFETMINAS é constituído pela dotação inicial, pelos bens obtidos por aquisição regular e por todos os bens corpóreos ou incorpóreos que vier a adquirir a título gratuito ou oneroso.

Parágrafo único. Dependerão de aprovação do Conselho Curador e de autorização do Ministério Público Estadual (Curadoria de Fundações), os seguintes atos:

- I - Aceitação de doações e legados com encargo;
- II - Contratação de empréstimos e financiamentos com valores superiores a 20% (vinte por cento) da receita bruta do ano anterior; e
- III - Alienação, oneração ou permuta de bens imóveis.

Art. 7º Constituem rendas da Fundação CEFETMINAS:

- I - Recursos provenientes dos resultados de suas atividades;
- II - Usufrutos e fideicomissos que lhe forem constituídos;
- III - Recursos provenientes dos títulos, ações ou ativos financeiros de sua propriedade ou operações de crédito;
- IV - Juros bancários e outras receitas de capital;
- V - Contribuições e patrocínios de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais e/ou estrangeiras;
- VI - Subvenções, dotações, contribuições e outros auxílios estipulados em favor da Fundação CEFETMINAS pela Administração Pública direta ou indireta;
- VII - Rendimentos próprios dos imóveis que possuir;
- VIII - Doações e legados; e
- IX - Outras rendas eventuais.

§ 1º O patrimônio e os rendimentos da Fundação CEFETMINAS serão aplicados integralmente no país para o cumprimento e a manutenção dos objetivos institucionais.

§ 2º A Fundação CEFETMINAS não distribuirá, a título de participação nos resultados, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio.

§ 3º Os bens pertencentes à Fundação CEFETMINAS não poderão ter destinação que contrarie as finalidades e atividades estatutárias.

§ 4º Na hipótese de a Fundação CEFETMINAS perder a qualificação instituída por Lei, ou for extinta ou dissolvida, o respectivo acervo patrimonial disponível será destinado para incorporação ao patrimônio do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG.

CAPÍTULO V

DA ESTRUTURA ORGÂNICA

SEÇÃO I

Art. 8º A Fundação CEFETMINAS tem como órgãos deliberativo, administrativo e de controle interno, respectivamente: o Conselho Curador, o Conselho Diretor e o Conselho Fiscal.

Art. 9º Os membros natos e os membros eleitos serão empossados mediante termo de posse e compromisso, independentemente de qualquer caução para garantia de responsabilidade de sua gestão.

- I - É vedada a remuneração dos integrantes do Conselho Curador e Conselho Fiscal pelo exercício das atribuições estatutárias do correspondente Conselho;
- II - Os integrantes do Conselho Diretor em função executiva poderão gozar de vantagens ou benefícios em decorrência do cargo ou função desempenhada, nos termos da legislação aplicável, e serem remunerados em bases valorativas definidas pelo Conselho Curador; e

- III - Os integrantes do Conselho Curador e do Conselho Fiscal não responderão pelas obrigações da Fundação CEFETMINAS, exceto quando agirem com culpa ou dolo ou, ainda, com violação da Lei ou do Estatuto.

Art. 10. É permitido o exercício cumulativo das funções de integrantes dos conselhos Curador e Diretor até o limite de um terço (1/3) do número de membros do Conselho Diretor e desde que o exercício cumulativo não seja entre o cargo de Presidente do Conselho juntamente com o Cargo de Presidente.

SEÇÃO II

DO CONSELHO CURADOR

Art. 11. O Conselho Curador, órgão superior de deliberação da Fundação CEFETMINAS, é composto por 7 (sete) membros titulares e 7 (sete) suplentes, da seguinte forma:

- I - Diretor-Geral do CEFET-MG, que o preside, tendo como suplente o Vice-Diretor do CEFET-MG;
- II - 3 (três) representantes do CEFET-MG, titulares e respectivos suplentes, indicados pelo seu Conselho Diretor;
- III - 1 (um) representante do Conselho Diretor da Fundação CEFETMINAS e seu suplente; e
- IV - 2 (dois) representantes de empresas, entidades científicas, empresariais ou profissionais, e seus suplentes, preferencialmente vinculados aos Instituidores da Fundação CEFETMINAS, sendo indicados pelo Conselho Diretor da Fundação CEFETMINAS.

§ 1º O mandato dos membros do Conselho Curador será de 4 (quatro) anos, sendo permitida 1 (uma) recondução.

§ 2º Os integrantes do Conselho Curador serão eleitos ou indicados com antecedência mínima de 30 (trinta) dias a contar da expiração dos mandatos anteriores.

§ 3º O conselheiro suplente será convocado para substituir o titular nas reuniões em que este não puder comparecer.

§ 4º Perderá o mandato o integrante do Conselho Curador que faltar a 3 (três) reuniões consecutivas, ou a 5 (cinco) alternadas, sem se justificar no prazo de 5 (cinco) dias, procedendo-se à sua substituição na forma prevista neste Estatuto.

§ 5º A destituição de qualquer membro do Conselho Curador se dará a qualquer tempo, na ocorrência de conduta ilegal, por decisão de 2/3 (dois terços) de seus integrantes, observados os postulados do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

§ 6º Em caso de vacância, o cargo vago será provido nos termos deste Estatuto, para fins de complementação de mandato.

Art. 12. O Conselho Curador reunir-se-á ordinariamente, mediante calendário aprovado na primeira reunião do ano, ocasião em que serão discutidos e aprovadas as contas, o balanço e o Relatório Anual de Gestão e de Atividades e o Relatório de Avaliação de Desempenho do Exercício, relativos ao exercício anterior e, extraordinariamente, toda vez que regularmente convocado, dando-se ciência prévia das reuniões, em ambos os casos, ao Representante do Ministério Público Estadual (Curadoria das Fundações).

Parágrafo único. A reunião do Conselho Curador para aprovação das contas, do balanço e do Relatório Anual de Gestão e de Atividades e do Relatório de Avaliação de Desempenho do Exercício, relativos ao exercício anterior, será realizada até 30 de maio de cada ano.

Art. 13. As convocações dos membros do Conselho Curador serão feitas pelo seu Presidente, por *e-mail* ou por outro sistema de transmissão de dados com confirmação de entrega ou por meio de correspondência com Aviso de Recebimento, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

§ 1º Das convocações constarão o dia, a hora, e o local da reunião, bem como os assuntos que serão tratados.

§ 2º Não havendo quórum de 3/4 (três quartos) dos componentes do Conselho Curador na hora marcada para a primeira convocação, a reunião será realizada, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, observando-se o quórum mínimo de 3 (três) membros, salvo em casos de alteração de estatuto, de alienação de bem imóvel da Fundação CEFETMINAS e da constituição de ônus reais sobre o mesmo.

§ 3º Na hipótese de ausência do Presidente do Conselho e de seu suplente, a reunião será presidida, na ordem, pelo seu membro mais antigo ou, no caso de empate, pelo mais idoso.

§ 4º Quando o Presidente retardar por mais de 10 (dez) dias a convocação da reunião ordinária, ou não a convocar conforme decisão do Conselho, a convocação poderá ser feita por proposta de 3/4 (três quartos) dos membros do Conselho Curador.

§ 5º As decisões do Conselho Curador, ressalvados os casos expressos em Lei e neste Estatuto, serão tomadas pelo voto da maioria simples dos integrantes presentes.

Art. 14. Compete ao Conselho Curador:

- I - Eleger dentre cidadãos de ilibada reputação e identificados com as finalidades da Fundação CEFETMINAS, os nomes dos 3 (três) membros do Conselho Diretor que exercerão os mandatos de Presidente e diretores da Fundação, mediante proposta do seu Presidente, bem como os integrantes do Conselho Fiscal;
- II - Examinar o relatório do Conselho Diretor e deliberar sobre o balanço e as contas, após parecer do Conselho Fiscal;
- III - Deliberar sobre a destituição de seus membros;
- IV - Destituir, por voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, integrantes de quaisquer dos órgãos componentes da estrutura orgânica da Fundação CEFETMINAS;
- V - Pronunciar sobre a orientação estratégica da Fundação CEFETMINAS, bem como sobre os programas específicos a serem desenvolvidos;
- VI - Aprovar o Estatuto da Fundação CEFETMINAS e suas alterações, observada a legislação vigente;
- VII - Deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse da Fundação CEFETMINAS que lhe forem submetidos;
- VIII - Deliberar em conjunto com o Conselho Diretor:
 - a) Sobre as reformas estatutárias; e
 - b) Sobre a extinção da Fundação CEFETMINAS;
- IX - Convocar reunião dos Conselhos Fiscal e Diretor, quando houver necessidade;
- X - Resolver os casos omissos deste Estatuto com base na analogia, equidade e nos Princípios Gerais do Direito;
- XI - Deliberar sobre proposta de incorporação, fusão, cisão ou transformação da Fundação CEFETMINAS;

XII - Deliberar sobre o que dispõe o Artigo 3º deste Estatuto; e

XIII - Aprovar o Código de Ética e Conduta da Fundação e os Mecanismos de Controles Internos;

Parágrafo único. A destituição de qualquer dos membros de qualquer dos órgãos componentes da estrutura orgânica da Fundação CEFETMINAS deverá observar os postulados do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, excetuada a substituição do Diretor Técnico e do Diretor de Administração que ocorrerá conforme previsto no Art. 16, parágrafo 6º.

Art. 15. São atribuições do Presidente do Conselho Curador:

- I - Convocar e presidir o Conselho Curador;
- II - Fazer a interlocução do colegiado com a instância executiva da Fundação CEFETMINAS;
e
- III - Dar posse aos membros do Conselho Curador, do Conselho Fiscal e do Conselho Diretor.

SEÇÃO III

DO CONSELHO DIRETOR

Art. 16. O Conselho Diretor, órgão de administração e execução, é composto de:

- I - Presidente;
- II - Diretor Técnico; e
- III - Diretor de Administração.

§ 1º O Presidente presidirá a Fundação CEFETMINAS.

§ 2º Os membros do Conselho Diretor serão eleitos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a contar da expiração dos mandatos.

§ 3º Os membros do Conselho Diretor serão empossados pelo presidente do Conselho Curador, para um mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução.

§ 4º Em caso de vacância de membro do Conselho Diretor, o Conselho Curador reunir-se-á, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para eleger o substituto, que preencherá a vaga pelo tempo remanescente, sendo computado como 1 (um) mandato, para fins do disposto no art. 16, § 3º,

quando a vacância ocorrer na primeira metade, observado o limite de 8 (oito) anos para o exercício do cargo ou atividade.

§ 5º Caberá ao Diretor de Administração substituir o Presidente, durante suas faltas ou impedimentos, devidamente formalizados, assim como na hipótese de vacância, enquanto não se realizar a eleição.

§ 6º A destituição de qualquer membro do Conselho Diretor ocorrerá, a qualquer tempo, por decisão de 2/3 (dois terços) dos integrantes do Conselho Curador, no caso do Presidente e, no caso dos diretores, por maioria simples, mediante proposição do Presidente do Conselho Curador.

§ 7º A convocação para as reuniões do Conselho Diretor será feita pelo Presidente, ou pelo Conselho Curador, por *e-mail* ou por outro sistema de transmissão de dados com confirmação de entrega ou por meio de correspondência com Aviso de Recebimento, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, com especificação da pauta a ser tratada.

§ 8º Perderá o mandato, o integrante do Conselho Diretor que faltar a 3 (três) reuniões consecutivas, ou a 5 (cinco) alternadas, sem se justificar no prazo de 5 (cinco) dias, procedendo à sua substituição na forma prevista neste Estatuto.

§ 9º As deliberações do Conselho Diretor serão tomadas por maioria simples.

Art. 17. O Conselho Diretor reunir-se-á a fim de apreciar preliminarmente e opinar sobre a regularidade das contas da Fundação CEFETMINAS, os relatórios da auditoria externa independente, o balanço contábil e o Relatório Anual de Gestão e de Atividades e Avaliação de Desempenho do Exercício, relativos ao exercício findo, incluindo o parecer do Conselho Fiscal sobre as contas, antes de submeter os documentos para apreciação e aprovação pelo Conselho Curador.

Parágrafo único: As datas de reuniões do Conselho Diretor serão por ele definidas em calendário próprio, assegurando-se, no mínimo, 4 (quatro) reuniões anuais, preferencialmente ao final de cada trimestre.

Art. 18. Compete ao Conselho Diretor:

- I - Elaborar e acompanhar a execução das diretrizes estratégicas, do programa anual de atividades e dos demais programas a serem desenvolvidos pela Fundação CEFETMINAS;

- II - Elaborar e propor alterações no Estatuto, submetendo-as à aprovação do Conselho Curador;
- III - Cumprir e fazer cumprir o Estatuto e as normas e deliberações do Conselho Curador;
- IV - Realizar convênios, acordos, ajustes e contratos, inclusive os que constituem ônus, obrigações ou compromissos para a Fundação CEFETMINAS;
- V - Elaborar e apresentar ao Conselho Curador o Relatório Anual de Gestão e de Atividades e Avaliação de Desempenho do Exercício e o respectivo demonstrativo de resultados do exercício findo, bem como balancetes semestrais para acompanhamento da situação financeiro-patrimonial da entidade;
- VI - Elaborar o orçamento anual, submetendo-o à aprovação do Conselho Curador;
- VII - Relacionar-se com instituições públicas e privadas, tanto no País como no exterior, para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- VIII - Elaborar e remeter ao Ministério Público Estadual (Curadoria de Fundações), bem como ao Conselho Diretor do CEFET-MG, anualmente, suas contas e balanços, bem como o Relatório Anual de Gestão e de Atividades e Avaliação de Desempenho do Exercício, depois de apreciados e aprovados pelo Conselho Curador da Fundação CEFETMINAS;
- IX - Propiciar aos Conselhos Curador e Fiscal as informações e os meios necessários ao efetivo desempenho de suas atribuições;
- X - Expedir as normas organizacionais necessárias às atividades da Fundação CEFETMINAS;
- XI - Convocar reuniões do Conselho Fiscal; e
- XII - Deliberar, em conjunto com o Conselho Curador, sobre reformas estatutárias e sobre a extinção da Fundação CEFETMINAS;

Art. 19. Compete ao Presidente do Conselho Diretor:

- I - Representar a Fundação CEFETMINAS, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, podendo delegar, mediante procuração, poderes específicos;
- II - Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias e regimentais e as deliberações do Conselho Curador;
- III - Elaborar, em conjunto com os demais membros do Conselho Diretor, a proposta orçamentária anual e apresentá-la ao Conselho Curador até o mês de novembro do exercício financeiro em curso.
- IV - Coordenar a elaboração da prestação de contas, com balanço e Relatório Anual de Gestão e de Atividades e Avaliação de Desempenho do Exercício da Fundação CEFETMINAS, referente ao exercício findo, apresentando-o ao Conselho Curador.

- V - Encaminhar o balanço e o Relatório Anual de Gestão e de Atividades e Avaliação de Desempenho do Exercício, até 15 (quinze) dias após sua aprovação pelo Conselho Curador, ao órgão competente do Ministério Público Estadual e ao Conselho Diretor do CEFET-MG;
- VI - Responsabilizar-se, juntamente com o Diretor de Administração, pelo quadro de pessoal da Fundação CEFETMINAS e suas alterações, contratar e dispensar empregados e exercer os poderes disciplinares sobre os mesmos, bem como dispor sobre diretrizes de salários, vantagens e outras formas de compensação;
- VII - Celebrar contratos, convênios e ajustes em geral;
- VIII - Planejar as atividades técnicas e administrativas da Fundação CEFETMINAS, promovendo-lhes a execução e procedendo, quando julgar conveniente, ao exame e à verificação do cumprimento de atos normativos e programas de atividades por parte dos setores administrativos e técnicos;
- IX - Fiscalizar a execução do orçamento aprovado e a correspondente contabilização;
- X - Movimentar os recursos financeiros da Fundação CEFETMINAS, de acordo com as normas do Conselho Curador e juntamente como os demais Diretores ou pessoas que o mesmo designar;
- XI - Convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor;
- XII - Praticar os demais atos pertinentes ao cargo;
- XIII - Delegar atribuições aos Diretores;
- XIV - Nomear o Comitê de Integridade e demais comissões permanentes e temporárias para auxiliarem a administração em tarefas específicas, não recebendo os seus membros remuneração por este trabalho; e
- XV - Assinar, juntamente com o Diretor de Administração ou Diretor Técnico, transações bancárias, títulos de crédito e ordens de pagamento, bem como quaisquer documentos relativos às operações ativas, inclusive à movimentação bancária e a aplicações financeiras da Fundação CEFETMINAS.

Parágrafo único. Em programas especiais, e com sustentação própria de receitas, poderão ser contratados administradores por tempo determinado, durante o período de vigência desse Programa.

Art. 20. Compete ao Diretor Técnico:

- I - Supervisionar e coordenar as atividades das áreas técnicas da Fundação CEFETMINAS;

- II - Coordenar a elaboração dos planos de trabalho e das propostas orçamentárias dos serviços a serem prestados pela Fundação CEFETMINAS;
- III - Propor diretrizes e prioridades que deverão orientar o programa anual de atividades a partir da análise de projetos, atividades, contratos e convênios;
- IV - Definir processos e propor melhorias para as áreas técnicas da Fundação CEFETMINAS;
- V - Acompanhar e avaliar periodicamente a execução de projetos, atividades, contratos e convênios, apoiados pela Fundação CEFETMINAS;
- VI - Captar novas oportunidades de negócio para a Fundação CEFETMINAS;
- VII - Fazer a interlocução com as instituições apoiadas e demais clientes no que tange aos trabalhos técnicos;
- VIII - Assinar, juntamente com o Presidente e/ou o Diretor de Administração, transações bancárias, títulos de crédito e ordens de pagamento, bem como quaisquer documentos relativos às operações ativas, inclusive à movimentação bancária e a outras aplicações financeiras da Fundação CEFETMINAS.

Art. 21. Compete ao Diretor de Administração:

- I - Apoiar a elaboração do relatório anual, as diretrizes estratégicas e os programas a serem desenvolvidos pela Fundação CEFETMINAS;
- II - Assinar, juntamente com o Presidente e/ou o Diretor Técnico, transações bancárias, títulos de crédito e ordens de pagamento, bem como quaisquer documentos relativos às operações ativas, inclusive à movimentação bancária e a outras aplicações financeiras da Fundação CEFETMINAS;
- III - Supervisionar e controlar as receitas, despesas e aplicações financeiras da Fundação CEFETMINAS;
- IV - Fiscalizar a contabilidade da Fundação CEFETMINAS;
- V - Supervisionar a elaboração da prestação anual de contas e do balanço geral da Fundação CEFETMINAS;
- VI - Supervisionar a elaboração da proposta orçamentária para cada exercício, referente ao custeio da estrutura e da administração da Fundação CEFETMINAS;
- VII - Responsabilizar-se, juntamente com o Presidente, pelo quadro de pessoal da Fundação CEFETMINAS, contratar e dispensar empregados e exercer os poderes disciplinares sobre os mesmos;
- VIII - Monitorar a execução da auditoria externa;
- IX - Acompanhar a execução da prestação de contas dos projetos e da prestação de serviços contratados ou apoiados pela Fundação CEFETMINAS; e

- X - Definir processos e propor melhorias para as áreas técnicas da Fundação CEFETMINAS.

SEÇÃO IV

DO CONSELHO FISCAL

Art. 22. O Conselho Fiscal, órgão de fiscalização e controle interno, será composto de 3 (três) integrantes titulares e 3 (três) suplentes, eleitos pelo Conselho Curador, com mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução.

Parágrafo único. Os integrantes efetivos do Conselho Fiscal elegerão, entre si, o Presidente do órgão.

Art. 23. O conselheiro suplente substituirá o efetivo nas reuniões a que este não puder comparecer, cabendo-lhe ocupar o cargo em caso de vacância, completando o tempo de mandato do substituído.

Art. 24. O Conselho Fiscal reunir-se-á sempre que convocado por seu Presidente, pela maioria de seus integrantes ou, ainda, pelo Conselho Curador ou pelo Conselho Diretor e as suas decisões serão tomadas por maioria simples de votos, ressalvados os casos expressos em Lei e neste Estatuto.

Parágrafo único. As convocações dos membros do Conselho Fiscal serão feitas por *e-mail* ou por outro sistema de transmissão de dados, com confirmação de entrega ou por meio de correspondência com Aviso de Recebimento, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, com a indicação da pauta a ser tratada.

Art. 25. Perderá o mandato, o integrante do Conselho Fiscal que faltar a 3 (três) reuniões consecutivas, ou a 5 (cinco) alternadas, sem se justificar no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 26. Compete ao Conselho Fiscal:

- I - Examinar os livros contábeis, a documentação de receitas e despesas, o estado do caixa e os valores em depósito, com livre acesso aos serviços administrativos, facultando-se-lhe, ainda, requisitar documentos;
- II - Emitir parecer sobre a prestação de contas e o balanço patrimonial da Fundação CEFETMINAS, bem como sobre o relatório de auditoria externa e independente,

- encaminhando cópia do parecer ao Conselho Curador no prazo de até 15 (quinze) dias da reunião de aprovação do exercício;
- III - Emitir parecer sobre as questões que lhe forem submetidas pelos demais órgãos da Fundação CEFETMINAS;
 - IV - Convocar, por voto da unanimidade de seus integrantes e justificadamente, reuniões do Conselho Curador ou do Conselho Diretor;
 - V - Requisitar livros, documentos, contratos, convênios e quaisquer dados sobre a Fundação CEFETMINAS, verificando se os atos da entidade estão em conformidade com este Estatuto e revestidos das formalidades legais;
 - VI - Propor ao Conselho Diretor a contratação de auditoria externa e independente, quando necessária; e
 - VII - Denunciar a existência de irregularidades ao Conselho Curador.

CAPÍTULO IV

DO EXERCÍCIO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

Art. 27. O exercício financeiro da Fundação CEFETMINAS coincidirá com o ano civil.

Art. 28. A prestação anual de contas, a se efetivar em consonância com os princípios fundamentais e das normas brasileiras de contabilidade, será submetida ao Conselho Curador com base nos demonstrativos contábeis encerrados em 31 de dezembro do ano anterior.

§ 1º A prestação anual de contas conterá, dentre outros, os seguintes elementos:

- I - Relatório anual de gestão (Relatório Anual de Gestão e de Atividades e Avaliação de Desempenho do Exercício);
- II - Balanço patrimonial;
- III - Demonstração de resultados do exercício;
- IV - Demonstração das origens e aplicações de recursos;
- V - Relatório e parecer de auditoria externa independente;
- VI - Quadro comparativo entre a despesa fixada e a realizada; e
- VII - Parecer do Conselho Fiscal.

§ 2º Depois de apreciada e aprovada pelo Conselho Curador da Fundação CEFETMINAS, a prestação anual de contas será encaminhada ao órgão competente do Ministério Público, bem como ao Conselho Diretor do CEFET-MG para apreciação.

CAPÍTULO V

DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Art. 29. A Fundação CEFETMINAS manterá Programa de Integridade com a observância dos seguintes princípios e diretrizes:

- I - Garantia de transparência, efetividade e eficácia em todos os âmbitos da atuação institucional da Fundação;
- II - Alinhamento do Programa de Integridade ao programa anual de atividades e aos objetivos fundacionais;
- III - Observância rígida da reserva e da alocação dos recursos para o desenvolvimento, a implementação e a melhoria dos serviços que a Fundação executa;
- IV - Aprovação democrática dos objetivos e das estratégias do Programa de Integridade, com a efetiva participação do Conselho Diretor e dos empregados da Fundação;
- V - Atuação preventiva para evitar a prática de atos ilícitos contra sua administração;
- VI - Clareza na atribuição da responsabilidade pelos resultados do Programa de Integridade;
- VII - Identificação e avaliação periódicas dos deveres do Programa de Integridade;
- VIII - Identificação e observância das competências e das necessidades de treinamento periódico e contínuo, de modo a garantir que o Conselho Diretor e os empregados cumpram com os seus deveres no Programa de Integridade;
- IX - Estímulo às condutas que criam e sustentam o Programa de Integridade, com o combate efetivo aos comportamentos que afrontem as normas éticas e os regramentos internos institucionais;
- X - Existência de controles efetivos e gerenciamento dos deveres decorrentes do Programa de Integridade, de forma a estimular condutas adequadas ao alcance dos objetivos e das metas do Programa;
- XI - Monitoramento do desempenho do Programa de Integridade Institucional, com a devida mensuração e publicação dos respectivos relatórios para fins de controle social; e
- XII - Análise crítica regular e contínua sobre o Programa de Integridade, com vistas ao seu aperfeiçoamento.

§ 1º Para os fins dispostos neste capítulo, cabe ao Presidente a nomeação do Comitê de Integridade, que será responsável pela execução e pelo acompanhamento do Programa.

§ 2º O Comitê de Integridade é um comitê independente e autônomo, reportando-se ao Conselho Diretor ou ao Conselho Curador, conforme normativa específica.

§ 3º Para a verificação da adequada execução do Programa de Integridade adotado pela Fundação, o Ministério Público Estadual deverá ser informado, no prazo de 10 (dez) dias, de resultado de apuração que revele indícios de comportamentos contrários às normas e aos objetivos fundacionais.

CAPÍTULO VI

DA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO

Art. 30. O Estatuto da Fundação CEFETMINAS poderá ser alterado ou reformado por proposta do Presidente do Conselho Curador ou de pelo menos 3 (três) integrantes dos Conselhos Curador e Diretor, desde que, a alteração ou reforma, cumulativamente:

- I - Seja discutida em reunião conjunta dos integrantes dos Conselhos Curador e Diretor, presidida pelo Presidente do Conselho Curador, e aprovada, no mínimo, por 2/3 (dois terços) dos votos da totalidade de seus integrantes;
- II - Não contrarie ou desvirtue as finalidades da Fundação CEFETMINAS;
- III - Seja aprovada pelo órgão competente do Ministério Público Estadual; e
- IV - Seja aprovada pelo Conselho Diretor do CEFET-MG.

CAPÍTULO VII

DA EXTINÇÃO

Art. 31. A Fundação CEFETMINAS extinguir-se-á por deliberação fundamentada dos Conselhos Curador e Diretor, aprovada no mínimo por 2/3 (dois terços) dos votos da totalidade de seus integrantes em reunião conjunta, presidida pelo presidente do primeiro, quando se verificar, alternativamente:

- I - A impossibilidade de sua manutenção; e
- II - A ilicitude ou a inutilidade dos seus fins.

Art. 32. Encerrado o processo, o patrimônio residual da Fundação CEFETMINAS será revertido, integralmente, para o patrimônio do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG.

Parágrafo único. O órgão competente do Ministério Público Estadual deverá ser notificado pessoalmente de todas as fases do procedimento de extinção da Fundação CEFETMINAS.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33. O corpo de empregados da Fundação CEFETMINAS será admitido, mediante processo de seleção, sob o regime preconizado pela Consolidação das Leis do Trabalho, complementada pelas normas internas da instituição.

Parágrafo único. Poderá a Fundação CEFETMINAS contratar estagiários nos termos da Lei Específica.

Art. 34. Observada a prévia aprovação do Conselho Curador, o órgão competente do Ministério Público Estadual, na hipótese de fundados indícios de irregularidades na Fundação CEFETMINAS, poderá indicar a contratação, às expensas desta, de serviço de auditoria independente para apuração dos fatos.

Art. 35. Ao órgão competente do Ministério Público Estadual é assegurado assistir às reuniões do Conselho Curador, observado o direito de discussão das matérias em pauta.

Parágrafo único. A Fundação CEFETMINAS dará ciência ao órgão competente do Ministério Público Estadual do dia, hora e local designados para suas reuniões ordinárias e extraordinárias, num prazo nunca inferior a 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião.

Art. 36. As atas de reuniões dos órgãos da Fundação CEFETMINAS serão registradas em livros próprios, devendo ser remetidas cópias das atas das reuniões dos Conselhos Curador, Diretor e Fiscal, ao Ministério Público Estadual (Curadoria de Fundações), para análise, no prazo de 10 (dez) dias contados da lavratura.

Art. 37. A Fundação CEFETMINAS manterá a escrituração contábil e fiscal em livros próprios, revestidos das formalidades legais e capazes de assegurar a sua exatidão.

Art. 38. A Fundação CEFETMINAS poderá ser identificada por um símbolo ou logomarca à escolha da maioria do Conselho Diretor.

Art. 39. É vedada à Fundação CEFETMINAS a participação em campanhas de caráter político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 40. Fica assegurado o cumprimento dos prazos de mandatos dos membros eleitos e empossados antes da data de aprovação deste Estatuto, observado o limite de 8 (oito) anos para o exercício do cargo ou atividade.

Art 41. Os membros eleitos e empossados no Conselho Curador, Conselho Diretor e Conselho Fiscal, após a aprovação deste Estatuto, observado o disposto no art. 40, cumprirão mandatos até 30 de abril de 2028.

Estatuto aprovado pelo Conselho Curador em ____ de _____ de 2024.

Prof.a Carla Simone Chamon
Presidente do Conselho Curador da Fundação CEFETMINAS